



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA QUINTA (15ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos vinte e um dias do mês de maio, do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Décima Quinta (15ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Nota da Secretaria, datada de 18 de maio de 2018. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Luís Roberto Tavares, para que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as atas da Décima Quarta (14^a) Sessão Ordinária e Quarta (04^a) Sessão Extraordinária, realizadas em 14 de maio de 2018, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas, pelos Vereadores Jorge Setoguchi e Cristiano Gaioto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Posto isto, a sessão foi suspensa, às 18h42, para cumprimento do disposto no *Requerimento n° 191/2018, de iniciativa do Vereador Moacir Genuario, que solicitou homenagem especial à Missão Paz e Vida, pelos trinta anos de fundação e pastoral, em Mogi Mirim.* O Vereador Moacir Genuario discursou breves palavras, assim redigidas: “Homenagem à Igreja Missão Assistencial Paz e Vida, de Mogi Mirim, pelo trigésimo aniversário de sua fundação, em nosso município, na pessoa de seu fundador e presidente, Apóstolo Vilmar Dacampo, que também completa, neste mês de maio, trinta anos de Ministério Pastoral. A Igreja Evangélica Missão Assistencial Paz e Vida, de Mogi Mirim, completa, neste mês de maio, trinta anos de sua fundação, no nosso município, Bodas de Pérola, inclusive, estão sendo realizados trinta cultos, durante o mês, em comemoração ao aniversário da Igreja. A Igreja iniciou suas atividades, em maio de 1988, em um pequeno e modesto salão, localizado na Rua do Mirante, com um pequeno grupo de pessoas, tendo como dirigente o jovem Pastor Vilmar Dacampo, juntamente, com sua esposa Sueli, casal que atendendo ao chamado de Deus, iniciou esta grande obra, na nossa cidade, contando com a cobertura espiritual do Apóstolo Vanelli, fundador da Igreja Missão Paz e Vida de Mogi Guaçu. No decorrer destes trinta anos, a igreja cresceu, sem parar e, após alguns anos, o modesto salão alugado, na Rua do Mirante, ficou pequeno, para acolher tanta gente, a igreja se mudou, para um salão maior, alugado, na Rua Aquiles Albano, no Bairro Santa Cruz, logo, este salão também ficou pequeno, para acolher o grande número de pessoas, e a igreja, então, retornou para o Bairro do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mirante, onde, pela Graça de Deus, conseguiu comprar um terreno e construir o seu templo próprio. Passados alguns anos, também adquiriu uma nova área, na Rua Retirada da Laguna, onde, atualmente, possui sua sede, em um local de excelência, conhecido também, como “Tenda da Família”. Esta igreja sempre teve como finalidade principal a propagação do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, fundamentado na Bíblia Sagrada, na convicção, de que para Deus não há impossíveis, vivenciando, durante todas estas décadas, a recuperação de pessoas e de famílias inteiras, inclusive, a recuperação e libertação completa de pessoas, com dependência química. A igreja realiza diversas atividades, as quais alcançam a todos os membros de uma família, tais como, a realização de cultos, com a ministração da Palavra de Deus, todas às quartas-feiras e aos domingos, realiza as Redes Ministeriais (Rede de Homens, Rede de Mulheres, Rede de Jovens, Rede de Casais, Rede de Crianças, Rede Teen e Rede de Empresários), com ministrações específicas, para cada uma destas áreas, realiza também, anualmente, encontros e congressos, direcionados aos homens, mulheres, jovens, adolescentes e crianças. Hoje, a Igreja Missão Assistencial Paz e Vida possui oito filiais, no Estado de São Paulo, localizadas nas cidades de Americana, Itapira, Tambaú, Casa Branca, Pedreira, Sumaré, Bálsamo e Santo Antônio de Posse; duas, no Estado do Paraná, uma delas, no município de Londrina, e a outra, em Cianorte, e uma outra, na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul. A igreja também adquiriu um sítio, de dois alqueires, o Sítio Príncipe da Paz, cuja finalidade é a construção do Complexo Centro de Recuperação, para reabilitação de dependentes químicos. A igreja realiza, anualmente, neste sítio, eventos evangelísticos, tais como, o Costelão Fogo de Chão, a Motocostela e também, uma vez por ano, este sítio é cedido para o Tiro de Guerra de Mogi Mirim, para a realização de um treinamento especial, o Campo do Tiro de Guerra. A Missão Paz e Vida, tem como seu Presidente e Fundador o Apóstolo Vilmar Dacampo, que completa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

também, neste mês de maio, trinta anos de Ministério Pastoral, sendo que o seu Ministério Pastoral se confunde, com a história da própria igreja, devido sua dedicação total e irrestrita a esta igreja e a propagação do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo a todas as pessoas. Apóstolo Vilmar foi o Presidente do Conselho de Pastores de Mogi Mirim, por doze anos, e foi o responsável por trazer a Marcha para Jesus à cidade, evento que todos os anos reúne milhares de pessoas, orando nas ruas da nossa cidade, declarando que Mogi Mirim é do Senhor Jesus! Bispo Vilmar é autor de três livros: A Glória da Cruz, A Glória da Manjedoura, baseado em sermões clássicos, pregados por ele, e o livro chamado Fredd e Eu – Lições de Amor e Fé. Atualmente, é colunista do Jornal O Popular, em nossa cidade, trazendo, semanalmente, uma Palavra de reflexão e edificação a todos os cidadãos mogimirianos. Motivo pelo qual este Vereador, juntamente, com esta Casa de Leis, homenageia a Igreja Missão Paz e Vida de Mogi Mirim e o Apóstolo Vilmar Dacampo, pela comemoração destes trinta anos, pelos relevantes serviços prestados à comunidade da nossa cidade, sempre levando o Evangelho de Jesus Cristo a todas as pessoas”. Findo o discurso, *foi outorgada, em nome da grei mogimiriana, Placa de Prata, ao Bispo Wilmar Dacampo*, em reconhecimento, pelos trinta anos de sua pastoral e pela fundação da Missão Paz e Vida, em Mogi Mirim. Posto isto, a sessão foi reaberta, às 19h07, e, na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 37/2018, de iniciativa do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre a alteração do artigo 1º, da Lei Municipal nº 5.083/2011, que instituiu o Dia da Cãominhada, no município de Mogi Mirim”; (ao exame das comissões permanentes); 2. Projeto de Lei nº 38/2018, de iniciativa do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 22/2018, datada de 23 de abril de 2018, objeto do Ofício nº 22/2018, de igual data, “dispondo sobre a Ouvidoria da Guarda Civil Municipal – GCM de Mogi Mirim”; (ao exame das comissões permanentes); 3. Projeto de Lei nº 39/2018, de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

iniciativa do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 30/2018, datada de 15 de maio de 2018, objeto do Ofício nº 30/2018, de igual data, “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 39.876,00”; (ao exame das comissões permanentes); 4. Projeto de Lei nº 40/2018, de iniciativa da Mesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “fixando os subsídios dos secretários municipais, para os exercícios de 2018 a 2020”; (ao exame das comissões permanentes); 5. Projeto de Lei nº 41/2018, de iniciativa da Mesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “dispondo sobre o reajuste dos salários, vencimentos, proventos e pensão mensal dos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das comissões permanentes). Ainda com os Ofícios nºs 22 e 30/2018, o Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno solicitou fossem os Projetos de Lei nºs 38 e 39/2018 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54 da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 244/2018 - Assunto: REQUER INFORMAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE DOAÇÃO DE DUODÉCIMO DA CÂMARA PARA PREFEITURA DE MOGI MIRIM, COM O INTUITO DE REPASSE PARA SANTA CASA PARA PAGAMENTO DE TRCT. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 245/2018 - Assunto: Requer ao prefeito municipal que, por meio da secretaria competente, informe esta Casa de Leis quais os detalhes do projeto do sistema integração do transporte coletivo urbano. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 246/2018 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 293/2018 QUE SOLICITAVA LIMPEZA NAS MARGENS DA AVENIDA VEREADOR ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 247/2018 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 46/2018 QUE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SOLICITAVA LIMPEZA NAS MARGENS DA AVENIDA VEREADOR ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 248/2018 - Assunto: REITERO pedido formulado na Indicação nº 89/2017 para manutenção, melhorias e recuperação da Praça Cônego Carlos Malho, no Jardim Dionísio Linares, bem como operação TAPA BURACO em seu entorno. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 249/2018 - Assunto: Requeiro informações do Executivo acerca da possibilidade de estudos para melhorias no trânsito à Rua Rio de Janeiro, Santa Cruz. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 250/2018 - Assunto: ENCAMINHA ABAIXO-ASSINADO DE MORADORES DO BAIRRO RURAL PAIOL DE TELHAS AO EXMO. SENHOR PREFEITO CARLOS NELSON BUENO. Autoria: MARCOS ANTONIO FRANCO. Requerimento Nº 251/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente, informe quantas cirurgias eletivas foram realizadas de janeiro de 2017 até abril de 2018 e quantas cirurgias ainda estão aguardando na lista de espera? Autoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 252/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente, envie informações do Contrato com a empresa CEBE junto a Secretaria de Saúde. Autoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 253/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente, informações do contrato da empresa Viver que presta serviços para a Secretaria de Saúde Autoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 254/2018 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, INFORMAÇÕES E ESTUDOS DE VIABILIDADE DE ALTERAÇÃO DE MÃO DUPLA PARA SENTIDO ÚNICO DA RUA DOS EXPEDICIONÁRIOS, TRECHO ENTRE AS RUAS MINISTRO EDMUNDO FONSECA E RUA NOSSA SENHORA APARECIDA, NO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

BAIRRO SANTA CRUZ. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 255/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente, envie cópia do contrato de aquisição de materiais hospitalares para curativos, e outros. Aatoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 256/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente, envie cópia do contrato para aquisição dos insumos hospitalares, e outros. Aatoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 257/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente, envie cópia do contrato com a Banda Lira juntamente com a Secretaria de Cultura, e outros. Aatoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 258/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente, cópia do contrato da Banda Lira com a Secretaria da Educação, e outros. Aatoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 259/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente envie cópia do Organograma atual da Secretaria da Educação e outros. Aatoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 260/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente envie cópia dos contratos dos imóveis locados pela prefeitura, e outros. Aatoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 261/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente, cópia dos contratos com a empresa prestadora de tratamento de esgoto SESAMM, e outros. Aatoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 262/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente, cópia organograma atual da UBS Doutor Antônio Albejante. Aatoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 263/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente, quantas crianças estão na lista de espera dos CEMPIs de Mogi Mirim. Autoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 264/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente envie as planilhas de gastos do Gabinete do Executivo de janeiro de 2017 até abril de 2018, e outros. Autoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 265/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente, atual organograma do Prefeito Carlos Nelson e informe também todas as nomeações dos cargos comissionados de janeiro de 2017 até abril de 2018. Autoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 266/2018 - Assunto: Requer ao Ilmo. Prefeito Sr. Carlos Nelson Bueno, para que junto a Secretaria competente cópia dos adiantamentos e suas prestações de contas realizados pela Secretaria de Saúde. Autoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 267/2018 - Assunto: Requer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através das Secretarias competentes, estudos de estimativa impacto orçamentário-financeiro, para implantação do Plano de Carreira dos Guardas Cíveis Municipais, atendendo a Lei Federal 13.022/2014. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 268/2018 - Assunto: Requer informações do Excelentíssimo Senhor Prefeito Carlos Nelson Bueno e Secretaria de Agricultura Municipal, se o município aderiu ao Projeto Acessibilidade Rural, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, para implantação do CEP Rural. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 269/2018 - Assunto: REQUER AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES REFERENTES AOS PROCESSOS DE SINDICÂNCIA. Autoria: MOACIR GENUARIO. Na sequência, o Sr.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 690/2018 - Assunto: Indica-se ao Prefeito Municipal, para que através da Secretaria Competente verifique a possibilidade de programar uma Força Tarefa para limpeza em bairros da zona Leste de Mogi Mirim. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação nº 691/2018 - Assunto: INDICA-SE AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, QUE NO CASO DE DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO DA CÂMARA PARA PREFEITURA, SEJA ESTUDADA A POSSIBILIDADE DE REPASSE PARA SANTA CASA PARA PAGAMENTO DE TRCT E DÉCIMO TERCEIRO DE FUNCIONÁRIOS. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 692/2018 - Assunto: SOLICITO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, ESTUDOS VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE REDUTOR DE VELOCIDADE (LOMBADA) NA AV. JACARANDÁS – CHÁCARAS YPÊ. Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação Nº 693/2018 - Assunto: Solicito ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente que, providencie a troca de lâmpadas na Praça São José, em frente ao Ponto de Táxi, ao lado do Monumento dos Pracinhas Mogimirianos, Soldado Desconhecido. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 694/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, providências com urgência para limpeza, corte de mato, retirada de entulhos, na Rua Benedicto Marques Camargo, em frente ao nº 509, (Condomínio Ametista) e demais ruas adjacentes do Bairro Linda Chaib. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 696/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA IVO ALVES NO JARDIM LINDA CHAIB. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

697/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO COLETA DE LIXO, NO PONTO COLETIVO, LOCALIZADO NO PARQUE DAS LARANJEIRAS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 698/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da secretaria competente para providências e melhorias no sistema de iluminação pública, substituindo gradativamente as lâmpadas convencionais por luminárias com tecnologia LED em todas as Praças da cidade. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 699/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente, para que providenciem com urgência a manutenção da Estrada Francisco Antônio Vômero, antiga estrada do bairrinho, Jardim Panorama. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 700/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno: estudos quanto a viabilidade de se implantar uma “lombo faixa”, no trecho próximo ao Tiro de Guerra. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 701/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através das Secretarias competentes: estudos técnicos viabilizando implantação de lombadas, bem como, instalação de placas informativas de pare e sinalização de solo com urgência, na Avenida Geraldo Polyguara Silveira Franco, Bairro Parque da Empresa. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 702/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, estudos e viabilidade de parceria com o Supermercado São Vicente, visando a revitalização da Praça, localizada na Rua Madre Cândida Maria de Jesus/Fundos com o Supermercado. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 703/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMPLANTAÇÃO DE REDUTOR DE VELOCIDADE “LOMBADA” NA ESTRADA MUNICIPAL ÉLZIO MARIOTONI, PRÓXIMO AO UPA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 704/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de trânsito: estudos quanto a viabilidade de transformar a Rua Pernambuco, Bairro Santa Cruz, em Rua de Mão única, considerando as inúmeras solicitações dos moradores, visando segurança no trânsito para condutores e pedestres. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 705/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PRAÇA DOS PINHEIRAIS, LOCALIZADA NO BAIRRO CHÁCARA YPÊ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 706/2018 - Assunto: Indico a Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a poda das árvores, existentes na Praça Jequitibás, localizada na Chácara Ypê, nesta cidade. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Indicação Nº 707/2018 - Assunto: INDICO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE PROVIDÊNCIAS PARA VIABILIZAR A TROCA DAS LÂMPADAS NA AVENIDA JACARANDÁS, LOCALIZADA NAS CHACARAS YPÊ. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Indicação Nº 709/2018 - Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno: providências para a manutenção dos aparelhos da academia ao ar livre no Complexo Lavapés. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 710/2018 - Assunto: SOLICITO AO EXECUTIVO MUNICIPAL PINTURA DE FAIXA DE CURTA DURAÇÃO NA RUA MAESTRO AZEVEDO, PÓXIMO AO Nº 33. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

DE BARROS. Indicação Nº 711/2018 - Assunto: INDICO AO EXECUTIVO MUNICIPAL PARA QUE A SECRETARIA COMPETENTE PROCEDA A PODA DA ARVORE NA AVENIDA JACARANDÁS, PRÓXIMO AO NUMERO 453. Aatoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Indicação Nº 712/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO RECAPEAMENTO NAS RUAS DO JARDIM MURAYAMA I. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 713/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO INSTALAÇÃO DE VIDROS NAS JANELAS DA CRECHE DO CAIC. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 119/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR, OSMAR ALVES DOS REIS, OCORRIDO EM 06 DE MAIO DE 2018, EM MOGI MIRIM. Aatoria: CINOÊ DUZO. Moção Nº 126/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO, PELO FALECIMENTO DO SENHOR LUIZ ANTONIO BARBOSA, OCORRIDO NO DIA 11 DE MAIO DE 2018. Aatoria: MOACIR GENUARIO. Moção Nº 127/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO, PELO FALECIMENTO DO SENHOR ANTONIO DOMINGOS BORDIGNON, OCORRIDO NO DIA 11 DE MAIO DE 2018. Aatoria: MOACIR GENUARIO. Moção Nº 128/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO, PELO FALECIMENTO DO SENHOR LUIZ CARLOS ZANI, OCORRIDO NO DIA 11 DE MAIO DE 2018. Aatoria: MOACIR GENUARIO. Moção Nº 129/2018 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AOS INTEGRANTES DA CHAPA “RENOVAÇÃO” ENCABEÇADA PELOS EMPRESÁRIOS LUIZ ANTÔNIO GUARNIERI E JOSÉ LUIZ FERREIRA, O ZÉ DA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

PENTAGON VENCEDORES DA ELEIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MOGI MIRIM (ACIMM). Autoria: MOACIR GENUARIO, TIAGO CÉSAR COSTA. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n°s 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, datados de 10, 11, 14 e 15 de maio de 2018, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, José Augusto Francisco Urbini, respectivamente, respondendo a respeito do Requerimento n° 031/2018; Indicação n° 610/2018; Indicação n° 612/2018; Requerimento n° 208/2018; Indicação n° 227/2018; Indicação n° 351/2018; Indicação n° 367/2018; Requerimento n° 217/2018; Indicação n° 444/2018; Indicação n° 510/2018; Indicação n° 501/2018; Indicação n° 595/2018; Indicação n° 100/2018; Indicação n° 544/2018; Indicação n° 547/2018; Indicação n° 107/2018; Indicação n° 116/2018; Indicação n° 484/2018; Indicação n° 485/2018; Indicação n° 486/2018; Indicação n° 487/2018; Indicação n° 488/2018; Indicação n° 489/2018; Indicação n° 490/2018; Indicação n° 491/2018; Indicação n° 492/2018; Indicação n° 517/2018; Indicação n° 616/2018; Indicação n° 119/2018; Indicação n° 548/2018; Indicação n° 538/2018; Indicação n° 539/2018; Indicação n° 540/2018; Indicação n° 570/2018; Indicação n° 571/2018; Indicação n° 573/2018; Indicação n° 575/2018; Requerimento n° 188/2018; Indicação n° 106/2018; Indicação n° 508/2018; Indicação n° 506/2018; Requerimento n° 199/2018; Indicação n° 076/2018; Indicação n° 562/2018; Indicação n° 563/2018; Indicação n° 564/2018; Indicação n° 470/2018; Indicação n° 648/2018; Indicação n° 519/2018; Indicação n° 639/2018; Indicação n° 395/2018; Indicação n° 561/2018; Indicação n° 657/2018; Indicação n° 581/2018; Requerimento n° 190/2018; Requerimento n° 186/2018; Requerimento n° 201/2018; Requerimento n°



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

202/2018, desta Edilidade; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados); Ofício nº 438/2018, datado de 15 de maio de 2018, subscrito pela senhora Regina Navas Santos, Dirigente Regional de Ensino, “respondendo ao Ofício nº 175/2018, que encaminhou o Requerimento nº 214/2018, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Geraldo Vicente Bertanha); Ofício nº 174/2018, datado de 16 de maio de 2018, subscrito pela direção da Santa Cruz Transportes Ltda., “respondendo ao Requerimento nº 225/2018, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra, no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante. Ele, de início, parabenizou o Vereador Moacir Genuario, pela belíssima homenagem à Missão Paz e Vida e ao Bispo Vilmar Dacampo, pessoa que tanto cooperava, com a sociedade mogimiriana. Depois, afirmou que era doloroso falar, mas o prefeito Carlos Nelson “só podia ser besta”, para ter abandonado a cidade, da maneira que se via, não era possível que ele, um ancião, tivesse deixado a Santa Casa chegar ao ponto, que tinha chegado; que os oito anos do mandato anterior tinham sido um desastre, porque Carlos Nelson havia cortado verbas, prejudicado a área da saúde, tinha tentado estabelecer uma intervenção, na Santa Casa, para mostrar poder, mas tinha sido um fracasso total; que ele tinha sido reeleito, em 2015, e, agora, pais de famílias, ex-funcionários da Santa Casa, estavam sem dormir, porque não recebiam seus salários, mães estavam pelejando, para colocar comida, em suas casas; que, enquanto isso, Carlos Nelson Bueno tinha aumentando o próprio salário e, quando tinha ficado sem receber o salário de prefeito, findo certo tempo, tinha ingressado, na Justiça, para receber todo o dinheiro, de volta, com correção monetária, que Carlos Nelson Bueno deveria se aposentar, imediatamente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque Mogi Mirim não o aguentava mais e pediu ao prefeito que renunciasse ao cargo, saísse, ou sofreria impeachment, pela incompetência, que estava demonstrando, porque o tempo de Carlos Nelson Bueno, como prefeito de Mogi Mirim tinha acabado. A próxima oradora foi a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Ela cumprimentou o Dr. Anselmo, representante do Sindicato da Saúde, e os funcionários da Santa Casa, que estavam presentes, nas galerias. Depois, mencionou o Requerimento nº 244/2018, de sua iniciativa, através do qual solicitou saber qual a possibilidade de doação de duodécimo da Câmara, para a Prefeitura de Mogi Mirim, com o intuito de repasse, para a Santa Casa, objetivando pagamento de Termos de Rescisão de Contratos de Trabalho - *TRCT*, agradeceu a aprovação unânime dos vereadores e registrou, que antes de elaborar a propositura, tinha consultado o Dr. Fernando das Dores, Procurador da Câmara, bem como, o sindicato e advogados, portanto, era sabedora de que outras câmaras de cidades da região já tinham conseguido doar duodécimos, para a Santa Casa. Registrou, que a situação dos ex-funcionários da Santa Casa era muito séria, que a qualidade do atendimento dos funcionários da Santa Casa era ímpar, feito com dedicação e atenção, e que, era mais do que justa a doação do duodécimo para o hospital, ela sabia que a Câmara não tinha como determinar o repasse, prerrogativa do Poder Executivo, mas ela estava requerendo e esperava ver o seu pedido atendido, a fim de que os ex-funcionários da Santa Casa recebessem seus direitos, o mais breve possível. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa. Ele discursou “um tema, que refletia na Santa Casa, na questão dos ex-funcionários e no pedido de repasse do duodécimo também” e mencionou publicação do Jornal A Comarca, edição do último final de semana, onde se lia, declaração do prefeito, de que só pagaria aos servidores municipais, de forma retroativa, se a Câmara lhe devolvesse o duodécimo; que o prefeito “pegava o dinheiro da Câmara, para o colocar, em outras áreas”, mas não na Santa Casa, e esta era a realidade; que o prefeito tinha alegado, que não podia conceder aumento, aos funcionários



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

públicos, de forma retroativa, porque a Folha de Pagamento da Prefeitura tinha estourado seu limite prudencial, em cerca de 53%; que ele, vereador, vinha para mostrar a verdade e citou portarias, para cento e cinquenta e oito funcionários, estabelecendo Função Gratificada – FGs, representando quase trezentos mil reais/mês aos cofres, ou seja, a história de que a Câmara tinha que devolver o duodécimo, a fim de que ele retroagisse o aumento salarial dos servidores, era mentirosa, porque as portarias desmentiam o próprio prefeito, e perguntou, como o prefeito poderia pagar função gratificada, para quase cento e sessenta funcionários, se o limite prudencial da Folha estava estourado; que o prefeito aplicava uma mentira deslavada; que o prefeito tinha feito danos à Santa Casa, no passado, quando retirara a UANA, retirando quase três milhões da receita dos convênios e contratos, com a entidade; que o prefeito estava brincando, com a Câmara, haja vista as portarias de nomeações de FGs, para quase cento e sessenta funcionários; que ele, vereador, não acreditaria mais no Secretário Financeiro, Roberto Oliveira, tampouco, em Carlos Nelson Bueno, pessoas que negavam cestas básicas aos servidores, negavam conceder mais do que 1,5% aos servidores, diziam a Prefeitura tinha estourado o limite prudencial da Folha, enquanto que, na escuridão da noite, assinavam portarias de FGs, ao custo de trezentos mil reais/mês; que isto era injustiça, contrariando todo discurso feito, na Câmara, de que seria impossível conceder mais do que 1,5% de aumento ao servidor; que a resposta eram as cento e cinquenta e oito portarias, concedendo FGs, que ele registrava sua indignação e disse, para concluir, que não aceitaria devolver o duodécimo da Câmara, para pagar Funções Gratificadas, apenas para os servidores e à Santa Casa. Como o próximo orador, Vereador Alexandre Cintra, desistisse da palavra, discursou o Vereador André Albejante Mazon. Ele parabenizou o Vereador Moacir Genuario, pela homenagem feita à Missão Paz e Vida, pois o orador tinha ficado muito feliz, e registrou que tinha feito um curso de casais, com o bispo Vilmar Dacampo, em certa ocasião.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Depois, teceu críticas ao governo municipal, sublinhou que na semana passada tinha elencado vários exemplos da incompetência do atual governo, citou a “queda” do ex-secretário Fábio Mota, as “coisas internas da administração”, secretários contra secretários, pessoas da administração pressionando e pedindo “a cabeça da Secretária Rose Silva”; que, na data, um secretário tinha feito piada, com ele, de que estava com medo de sair de férias e alguém lhe “puxar o tapete”; que, ano passado, ele tinha recebido um dossiê, de um secretário, sobre fatos ocorridos, dentro do gabinete, documentos oficiais do gabinete, casos absurdos; que, até o marido da vice-prefeita tinha cobrado a administração, logo, se até o marido da vice-prefeita estava descontente, quem estaria contente e, para todas as críticas feitas, o prefeito respondia, que a culpa era do ex-prefeito Gustavo Stupp, todavia, as ruas da cidade estavam às escuras, e existiam milhões de reais da Contribuição para Iluminação – CIP, numa conta própria, havia dinheiro, mas não existia competência, para aplicá-lo; que se, atualmente, as ruas estavam sujas e sem iluminação, a culpa não era de Gustavo Stupp; que a perda da verba do turismo, em virtude de projeto, que tinha sido mal feito, pelo gabinete, não era culpa de Gustavo Stupp, ele avisara sobre o erro, mas, mesmo assim, os técnicos do Gabinete tinham persistido e a cidade acabara por perder uma verba de trezentos mil reais; que ele tinha implorado, em tribuna, na semana passada, cobrando documentos da administração, a fim de que ele pudesse ir à Casa Civil do Estado, concluir destinação de verba de duzentos mil reais, para recapeamento das ruas, dinheiro prometido pelo Governador Márcio França, e o atraso na documentação não tinha sido culpa de Gustavo Stupp, mas incompetência, ou má vontade, por parte da atual gestão, que havia a questão da saúde também, que era prioritária, e, durante o tempo do atual governo, já tinham acontecido perseguição, na Santa Casa, corte de 20% do repasse da verba da entidade, funcionários estavam sem receber rescisões, a transferência dos serviços, para a UPA zona leste, tinha encarecido os serviços, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

relação a UANA, haja vista a necessidade de ambulâncias, para transporte de pacientes até a Santa Casa, a equoterapia tinha deixado Mogi Mirim e tinha se transferido, para Jaguariúna, faltavam medicamentos e insumos e tantos outros problemas, portanto, na atual administração, ou havia falta de prioridades, ou existia incompetência. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Ele cumprimentou os funcionários da Santa Casa, presentes, nas galerias, pelo trabalho, e disse que eles eram “anjos da guarda”. Depois citou publicação do Jornal O Popular, edição do último final de semana, onde se observava enquete, perguntando ao público, o que significava o Prefeito Carlos Nelson Bueno dizer, que, possivelmente não conseguiria terminar seu mandato, sendo que, oitenta e cinco por cento dos entrevistados tinham dito se tratar de “jogada política” e afirmou, que o prefeito Carlos Nelson Bueno era péssimo ator, horroroso, deveria receber o Troféu Imprensa, pela atuação. Registrou publicação do Jornal A Comarca também, edição do último final de semana, Coluna Confidencial, onde se lia, “corre a boca miúda, que a prefeitura deve nomear trinta e dois cargos comissionados, em breve, a maioria deles, apadrinhados por alguns vereadores” e refutou tal nota e afirmou que era caso de polícia. Declarou que ele, Vereador Cinoê, jamais faria indicação para qualquer cargo comissionado. Afirmou, que além do prefeito não fazer nada, além de ter deixado a cidade “uma mesmice”, uma “mata quase atlântica”, ele colocava a Câmara em saia justa, novamente; que o prefeito vinha à Câmara e fazia “carinha de cachorro pidão”, digno de dó; que a intervenção feita na Santa Casa, no passado, tinha causado reflexos sim, e a “brilhante ideia” de fechar a UANA piorara o caos, não havia transporte para o povo se deslocar, a empresa Fênix não cumpria horários, não melhorava as linhas, e quem estava “pagando o pato” era a população; que o governo municipal tinha completado um ano e meio, estava começando a trocar seus secretários e isto era “maquiagem”, o prefeito tentava engambelar o povo, novamente; que o prefeito era maquiavélico, não gostava do povo, não estava nem aí, para o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

funcionário público, que o prefeito não inspirava confiança, portanto, o duodécimo da Câmara deveria ir para a Santa Casa, ou para o funcionário público da prefeitura, e que, Carlos Nelson só tinha “conversa fiada” e detonava a cidade. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele registrou a presença dos funcionários da Santa Casa, os quais estavam reivindicando seus direitos, apoiou tal iniciativa, bem como, mencionou o movimento das pessoas, que estavam na fila de espera, aguardando cirurgias eletivas há cinco anos. Afirmou, que os vereadores eram procurados, diariamente, pelas pessoas, as quais reclamavam a falta de um exame, ou cirurgia, e esta era, realmente, a função do Vereador, ou seja, intermediar e resolver problemas, citou alguns casos, e aclarou que a cidade precisava ser “sacudida”, porque ele tinha conhecimento, de que existiam mais de duzentas cirurgias, pagas à Santa Casa e não realizadas, logo, a prefeitura precisava tomar uma atitude; que ele estava cobrando o prefeito e seus secretários, da mesma forma, que a população vinha até ele, vereador, ele se dirigia ao Prefeito, cobrando-lhe posição; que o prefeito lhe havia dito, dera ordem à Secretária de Saúde, para que abrisse licitação, para contratação imediata de hospital, para realização das cirurgias, tanto as que já estavam quitadas, quanto às demais, pois pessoas aguardavam na fila, há anos, e com saúde não se podia brincar, que ele estava à disposição e que, era muito válido o manifesto da população presente. Depois, relatou o início da vistoria dos técnicos do Programa Cidade Legal, nas áreas de preservação ambiental do Parque das Laranjeiras, objetivando a regularização fundiária do loteamento; que regularização não significava infraestrutura, eram coisas distintas; que a prefeitura teria que dar jeito, para executar a infraestrutura, mas, quanto à regularização, ele não tinha dúvidas, de que ela aconteceria, e os moradores teriam a titularização de seus imóvel, esperada há trinta anos; que vários vereadores, ao longo do tempo, tinham lutado, pela regularização, e, atualmente, empreendiam a luta os Vereadores Luís Roberto, Sônia, Gérson, André, Samuel e ele próprio, mas, obviamente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

toda a Câmara estava na mesma empreitada, a regularização do Parque das Laranjeiras; que os vereadores citados estavam acompanhando o processo, os técnicos do Programa Cidade Legal permaneceriam alguns dias, na cidade, para o estudo hidrológico-ambiental, porque muita coisa tinha mudado, ao longo do tempo, nascentes tinham secado, e que, este era o fruto de uma luta, advindo da união dos vereadores. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Iniciou, colocando que era importante esclarecer, como havia dito o Vereador Cristiano Gaioto, pois todos os vereadores tinham necessidade de saber às quantas estava o processo de regularização, que, na data, o processo tinha se iniciado, realmente, e sublinhou a atuação do Deputado Aldo Demarchi, Democratas, que estava acompanhando os vereadores, na reivindicação, junto ao Cidade Legal, e conseguira resultados, de forma muito rápida, portanto, os técnicos estavam, na cidade, realizando estudos, e era importante, então, que os moradores do Parque das Laranjeiras abrissem suas portas aos técnicos da Secretaria Estadual de Habitação; que ele, orador, sempre dissera, que a regularização somente se daria, pela via da questão ambiental, o zoneamento ambiental do Parque das Laranjeiras, que nunca tinha sido liberado, pela CETESB, haja vista que o município teria que fazer remoção de famílias, e, assim, fora solicitado, então, um estudo hidrológico-ambiental, para descaracterizar as APPs do Parque, a fim da regularização. Depois, falou também, sobre a questão da saúde, as cirurgias eletivas, e afirmou que mil e quinhentas cirurgias eletivas estavam atrasadas, informação obtida, junto à nova Secretária de Saúde, Rosa Ângela Iamarino; que, quando ele tinha sido Secretário Municipal de Saúde, a prefeitura realizava cem cirurgias/mês, sob contrato, com a Santa Casa, logo, a demora nunca era superior a três meses, e, atualmente, a prefeitura não estava realizando nenhuma cirurgia, portanto, a lista de espera tinha aumentado; que ele sugeria uma Força Tarefa, para retorno das cirurgias, pois a demora era intolerável; que o Vereador Manoel, a Vice-Prefeita Lúcia e ele, orador, tinham



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

solicitado e o deputado Arnaldo Jardim, PPS, destinara emenda impositiva de duzentos e cinquenta mil reais, para cirurgias eletivas, visando diminuir a demanda reprimida; que a Secretária Rosa Ângela era uma profissional experiente, na área hospitalar, fora secretária de saúde, na cidade de Itapira, e diretora do Hospital de Itapira, portanto, o vereador acreditava, em seu potencial e na sua capacidade, a fim de abrir diálogo, entre administração e a Santa Casa, único hospital da cidade; que ele rogava ao Poder Executivo, para que não deixasse “de olhar pela Santa Casa”, esperava que a nova secretária realizasse reuniões técnicas, pois todos já estavam cansados da politicagem feita, em cima da Santa Casa, era necessário um olhar técnico e misericordioso, para com os pacientes, os quais sofriam, para com os funcionários, os quais sofriam, era este seu apelo, e que, ele esperava dias melhores, com a nova secretária e a Santa Casa, em parceria com poder público. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. Ele frisou indicação, para implantação de redutor de velocidade, em frente à UPA zona leste, área do embarque e desembarque de pacientes, haja vista a alta velocidade dos veículos, que por lá trafegavam, gerando a reclamação de munícipes. Sublinhou a recuperação das Estradas Rurais Matão do Melo e Mato Dentro, em cerca de oito quilômetros, num trabalho do Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto, que estava sanando a situação das estradas. O vereador esperava que o trabalho prosseguisse. Novamente, na direção dos trabalhos, o Presidente da Câmara, Jorge Setoguchi, concedeu a palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. O vereador falou, que tinha escutado, atentamente, os discursos dos vereadores Samuel, André, Tiago, Cinoê, Sônia, Cristiano e Gerson sobre a Santa Casa; que alguns vereadores “tinham tocado na ferida” e repetiu a informação dada, pelo Vereador Tiago, acerca dos cento e cinquenta e oito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

funcionários, os quais iriam receber FGs, o reajuste de 1,5% concedido, pelo prefeito, aos funcionários públicos e destacou, que, “pelo andar da carruagem”, ele não acreditava que o prefeito fosse ajudar a Santa Casa. Assim, propôs aos nobres pares fosse elaborado requerimento, solicitando a presença dos Secretários Jurídico e Financeiro, para uma reunião, para ser agendada, no mesmo dia da votação do projeto, para explicarem aos vereadores, para onde iria a verba, se aprovada a devolução do duodécimo, desta forma, os vereadores estariam respaldados, nas informações, sem qualquer engano aos funcionários da Santa Casa, ou da administração. Afirmou, que esta era a oportunidade ao prefeito de ajudar a Santa Casa, ela estava “no fundo do poço”, e perguntou, quem tinha colocado a Santa Casa “no fundo do poço”, haja vista que uns jogavam a culpa noutros, mas muitos tinham colaborado, para deixar a Santa Casa, na situação, em que se encontrava, que ele desejava saber nomes, de pessoas e que, esta era a oportunidade do prefeito de ajudar. Disse que uma lista de espera de cinco anos, para cirurgias, era um absurdo; que a prefeitura só fazia o “bê-á-bá” de suas obrigações; que as secretarias faziam apenas a prestação de contas, nada além, e ele esperava a atual administração fizesse além, para que não permanecesse nenhum paciente, na fila de espera, que ele sugeria aos pacientes “corressem atrás”, insistissem, ligassem para os vereadores, denunciasses na Ouvidoria, na Promotoria Pública, porque a vida era única e dever-se-ia lutar por ela, e que, ele estava à disposição dos munícipes, para resolver o problema da fila de espera, “nem que tivesse que cair outra secretária”. Citou, para finalizar, os extintores vencidos nas UBSs da cidade; a precária situação do Posto de Saúde Familiar – PSF do Vergel; a precária situação da ponte do Vergel, ligação com o Parque das Laranjeiras; a inexistência de limpeza pública, na zona leste; a creche do CAIC, cujas janelas não tinham vidros e por onde o frio adentrava, nas salas de aulas; a falta de asfalto, no Parque das Laranjeiras, e sua regularização, bem como, a poeira no bairro, e a grande



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

quantidade de queimadas clandestinas, na cidade. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele cumprimentou os ex-funcionários da Santa Casa, presentes, nas galerias, pessoas com as quais tinha trabalhado, em muitas madrugadas, pessoas que sofriam, pois não sabiam, se iriam receber seus salários, no final do mês. Aclarou, que tinha conhecidos funcionários, que tinham entrado, em estado de depressão, em virtude da situação, fazendo surgir brigas também, em famílias, haja vista as dificuldades enfrentadas, e outros funcionários, os quais tinham sido demitidos da Santa Casa, sem receberem o Fundo de Garantia, funcionários outros, que tinham dois empregos, funcionários, que trabalhavam, sabendo que nada receberiam, no final do mês, e denunciou, que alguns funcionários tinham recebido o pagamento, dividido, em quatro partes. Pediu ao prefeito, que “colocasse a mão na consciência” acerca do duodécimo, pediu que fosse repassado aos funcionários, porque todos tinham compromissos, com suas famílias. Declarou, que até 2012 a Santa Casa estivera “redonda”, os serviços funcionavam. Sublinhou que, no último ano da gestão anterior de Carlos Nelson Bueno, a dívida da Santa Casa era de três milhões de reais, e, no último ano da gestão Gustavo Stupp, a dívida tinha ido à casa dos trinta e três milhões de reais e, agora, após um ano e cinco meses da atual gestão Carlos Nelson, a dívida estava, no patamar de cinquenta e quatro milhões de reais, todavia, ele não lembrava apenas de ex-prefeitos, haja vista que a irmandade da Santa Casa e certos provedores também “tinham culpa no cartório” e os funcionários sabiam disso. Citou o Livro do Apocalipse, 3, 17, que falava desse tipo de pessoas, as quais só se importavam com dinheiro, que ele nunca tinha visto paciente reclamando do atendimento das enfermeiras e técnicos de enfermagem, na Santa Casa, pessoas que honravam o juramento do amor ao próximo, mesmo diante de tantas dificuldades, eram pessoas admiráveis, e que, os ex-funcionários da Santa Casa podiam contar com seu apoio. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela disse, que talvez não chegasse aos funcionários da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Santa Casa o empenho que a Câmara vinha fazendo, a fim de que a administração “olhasse com outros olhos” tudo o que estava acontecendo; que a Câmara já havia proposto e tinha existido discussão grande, para que a parceria, entre administração e Santa Casa retornasse, não se falava em cogestão, mas ela própria, por várias vezes, tinha dito ao Prefeito, que, na sua visão, a administração deveria estar próxima da Santa Casa, mas a resposta cabia ao prefeito, que era o gestor pleno da saúde; que, em todas às vezes possíveis, ela reiterava tal fala ao Prefeito, mas nada acontecia; que ela tinha ficado aborrecida, naquele momento, pois ela não sabia das portarias de nomeações de FGs; que esta era mostra de descaso, do prefeito, para com a Câmara, mais uma vez; que ela estivera, com os secretários, várias vezes, discutindo projetos, em comissão, principalmente, com o Secretário Financeiro, Roberto Oliveira, falando sobre a situação da municipalidade, e nunca lhe tinham informado, que trezentos mil reais/mês seriam destinados ao pagamento de FGs, para cento e cinquenta e oito funcionários, e isto a aborrecia, não que os servidores não merecessem, mas ela só soubera naquele momento, tratavam-se de cifras, em torno de mil e setecentos reais, valor significativo; que ela ficara incomodada e ela não tinha problema algum, em criticar a administração, criticava-a, porque, ao mesmo tempo, em que o prefeito condicionava a retroatividade do salário dos servidores, pedindo o duodécimo, ao mesmo tempo, em que concedia um aumento de apenas 1,5% aos funcionalismo da prefeitura, ele aplicava a FG a cento e cinquenta e oito funcionários, ao valor de mil e setecentos reais/mês; que ela passava a ser descrente; que a situação era muito desagradável, o caminhar das coisas começava a mudar e ela reiterava, que não tinha dificuldade alguma, em dizer que a saúde e a Santa Casa eram os itens principais, na administração municipal; que o Tribunal de Contas - TC Mogi Guaçu havia dito ao prefeito, para que retornasse com as cirurgias eletivas e perguntou, o que seria feito, haja vista que a situação era complicadíssima, dizia-se não se ter dinheiro, mas seriam gastos trezentos mil reais/mês,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com FGs, então, o prefeito iria retornar com as cirurgias eletivas “sim senhor”, ela queria dinheiro, para as eletivas sim, seria a primeira a contestá-lo, que longe dela achar Gustavo Stupp melhor que Carlos Nelson, pois não era, todavia, Gustavo Stupp tinha feito as cirurgias eletivas, enquanto que Carlos Nelson Bueno não. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Moacir Genuario. Falou sobre a Santa Casa, disse que a verdade era uma só: a devolução do duodécimo não chegaria à Santa Casa; que a Santa Casa precisava de ajuda e alguém deveria ajudá-la, bem como, a população, que também precisava de ajuda e a prefeitura deveria ajudá-la; que a situação financeira da Santa Casa era delicada, o hospital vinha trabalhando, “no vermelho”, e, dificilmente, sairia desta condição; que o “pessoal da Santa Casa” sempre comparecia, na Câmara, e, na última vez, tinham pleiteado um empréstimo, de vinte milhões de reais, mas o pedido estava estacionado, no Ministério da Saúde, ele, orador, pedira, inclusive, a intercessão do Deputado Baleia Rossi, que interviera, mas, pasmem, quando ele tinha ido à Santa Casa, procurar o senhor Clodoaldo, o administrador, não fora recebido; que havia desinteresse da Mesa da Santa Casa, em resolver o problema, não mostrava afinco, ou vontade; que os vereadores do MDB tinham solicitado aos gestores do hospital, para que pagassem, ao menos, o Fundo de Garantia aos dispensados e verdade era, que a Santa Casa não se ajudava; que ele não acreditava na utilização do duodécimo, para a Santa Casa, a única certeza era que a Câmara estava ao lado dos ex-funcionários, a Câmara iria brigar, com o prefeito, iria em busca de algo, para ajudar a Santa Casa, porque, sozinha, a Santa Casa não conseguiria sair do vermelho e nem da dívida, de mais de cinquenta milhões de reais; que os vereadores se empenhavam e ajudavam, nas campanhas de doações, em prol do hospital, mas isto não era o suficiente, porque a Santa Casa precisava de “grana”; que a prefeitura poderia ao menos se sentar, na mesa de negociações, com a Santa Casa, para tentar resolver o problema; que a má gestão, na Santa Casa, não vinha de agora, mas havia tempo, vinha desde o ex-administrador Ronaldo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Carvalho, que a dívida da Santa Casa iria se acumular, e que, ele estava para ajudar a Santa Casa a sair da situação, em que se encontrava. Depois, versou sobre a Empresa Fênix, concessionária dos serviços do transporte coletivo urbano, na cidade, e declarou, que a empresa estava “de brincadeira”, em Mogi Mirim, porque tinha prometido ônibus novos e somente fizera uma pintura, nos veículos velhos, os motoristas andavam, em alta velocidade, atropelando munícipes, não se dava condições aos usuários, que ele estava pensando, em fazer uma denúncia sobre a Fênix, no Ministério Público, porque a empresa estava “deixando a desejar”, para com a população, principalmente, agora, com o transporte, para a UPA zona leste, e que, a empresa tinha prometido o bilhete único, mas não tinha cumprido o acordado. Falou ainda, sobre as portarias de FGs aos cargos comissionados e afirmou, que existiam quatorze portarias, para a Guarda Civil Municipal, “uma brincadeira”, haja vista que os vereadores sempre pediam, pelo aumento do efetivo, que existiam trinta e nove comissionados, na saúde, e pediu, por fim, que o prefeito colocasse “a mão na consciência”. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Destacou, que não era pessoa de mencionar o Nome de Deus em vão, mas citava o trecho do Evangelho de João, 8, 32, que dizia a “verdade liberta” e sublinhou, que aquilo que iria verbalizar, iria contra o anseio de algumas pessoas, mas ele devia ser honesto, sincero e falar o que iria acontecer, nos próximos capítulos da “história da Santa Casa”, e citou o personagem da novela global Rei do Gado, o Senador Caxias, cuja frase era: utilização do povo, como massa de manobra; que relativo à história do duodécimo, não existia a menor possibilidade dele chegar à Santa Casa, haja vista a precária situação financeira deixada, pelo ex-prefeito Gustavo Stupp, na prefeitura, e o prefeito jamais poderia doar o duodécimo, ou o prefeito incorreria, em crime; que não existia documento jurídico possível, para a transferência deste dinheiro à Santa Casa; que a população tinha que ajudar a Santa Casa, ele parabenizava o Vereador Geraldo Bertanha, pela iniciativa das campanhas de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

doações, mas muitos munícipes tinham medo doar, porque não sabiam aquilo que acontecia dentro do hospital, portanto, tinham insegurança de doar; que a direção da Santa Casa convocara médicos e funcionários, para só receberem 70% do salário; que, se o atual provedor dizia não ter receita, como pretendia ele contrair mais investimentos, haja vista que não ria conseguir a certidão negativa de débitos; que a dívida da Santa Casa crescia, cada vez mais; que o prefeito Carlos Nelson Bueno, o Deputado Barros Munhoz e o Provedor da Santa Casa, Milton Bonatti, tinham viajado até Brasília, no Ministério da Saúde, em busca de um financiamento de treze milhões de reais, e perguntou, se Milton Bonatti tinha recebido o dinheiro, por que ele não tinha feito jus às rescisões contratuais de trabalho dos funcionários demitidos; que Milton Bonatti tinha mandado pessoas embora e deixado “a criança”, para outro cuidar; que o prefeito nada tinha a ver com isso; que o prefeito pedia, há tempos, que a prefeitura pudesse atuar, em cogestão, com a Santa Casa, todavia, o pedido nunca era aceito; que ele, vereador, desejava ver o fluxo de caixa da Santa Casa; que a dívida atual do hospital era de cinquenta e quatro milhões de reais, enquanto que, o Hospital da Beneficência Portuguesa, dez vezes maior, que a Santa Casa, tinha dívida de setenta e quatro milhões de reais e perguntou, já que a Santa Casa não tinha receita, como pretendia ela contrair financiamento; que o hospital estava cada vez mais “enterrado na dívida”, os funcionários não poderiam ter sido penalizados, como tinham sido, que a Santa Casa tinha que abrir “a caixa preta”, porque o dinheiro era dos funcionários da Santa Casa e que, alguém deveria ter um “pingo de vergonha na cara” e colocar a “Santa Casa a limpo”, caso contrário, os funcionários nunca veriam seu dinheiro. Na sequência, o Presidente convidou a todos, para a comemoração do Dia da Vitória, na terça-feira, dia 22, às 9 horas, na Praça Rui Barbosa. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h39, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**". Todavia, segundo **NOTA DA SECRETARIA**, na "Ordem do Dia" da Décima Quinta (15ª) Sessão Ordinária, do Segundo (2º) Ano, da Décima Sétima (17ª) Legislatura, da Câmara Municipal de Mogi Mirim, a realizar-se no dia 21 de maio de 2018, *não consta matéria a ser deliberada pelos nobres Edis*. Posto isto, o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). O primeiro inscrito foi o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante. Disse, que falaria de forma simples, curta e resumida e afirmou, que as nomeações de FGs estavam destinadas a cento e cinquenta e oito cabos eleitorais, para a campanha do Deputado Barros Munhoz, que tais coisas tinham que acabar, pois eram inadmissíveis, haja vista que a "gentileza do prefeito ao deputado", o apoio ao Deputado Barros Munhoz, iria custar quatro milhões de reais/ano, aos cofres, sem contar os cargos comissionados. Ato contínuo, como a próxima inscrita, Vereadora Sônia Regina Rodrigues, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Tiago César Costa. O vereador iniciou, destacando que seu compromisso era indicar a verdade das situações, porque era muito fácil ao Poder Executivo "jogar a responsabilidade", em cima do Poder Legislativo, e isto, de fato, acontecia, em algumas ocasiões, portanto, ele desejava parabenizar a Vereadora Maria Helena, pela coerência, nas suas colocações. Aclarou, que se deveria distinguir a verdade das fake news; que, sempre que ele trazia um tema, à tribuna, este soava como crítica, mas ele trazia tais temas, com base em fundamentos, documentos, numa questão de fiscalização e de trazer sempre a coerência, para a Câmara; que, só porque a Câmara tinha cumprido a lei da data base do funcionalismo, na visão do prefeito, a Câmara tinha passado dos limites,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque, se a Câmara não devolvesse à prefeitura, um milhão de reais, do seu duodécimo, a prefeitura não daria a retroatividade, aos seus funcionários públicos; que o prefeito colocava a Câmara, na “saia justa”, novamente, da mesma forma, como costumavam colocar o Palácio de Cristal, no meio das discussões, para desviar assunto, acreditando o prefeito, que o “Poder Legislativo era uma casa do Poder Executivo”; que a Câmara presava pela independência dos Poderes, tinha harmonia, com o Poder Executivo, naquilo que fosse benéfico ao povo; que ele nunca deixara de votar projeto, que fosse bom, para a coletividade, por força de qualquer politicagem barata e todas as suas votações tinham sido feitas, com fundamentação; que a Câmara era independente, para fiscalizar o prefeito, funcionários públicos, secretários, fiscalizar a estrutura do Poder Público, era independente para denunciar, cobrar, aprovar bons projeto ao povo, de forma independente; que ele jamais pediria FG, para “amiguinhos”, para fazer barganha, com o prefeito; que a independência era a coerência do legislador; que, analisando a fundo a questão, os funcionários públicos tinham direito de ter a devolução do duodécimo, para seu benefício, se necessário fosse, mas o vereador não sabia mais, se era necessário, porque as informações dadas pelos secretários eram discrepantes, diante das recentes portarias de FGs, logo, as informações tinham trazido falta de confiança à Casa, haja vista que a prefeitura tinha quatro milhões de reais/ano, para suprir suas portarias de FGs, mas dizia não ter dinheiro, para conceder além de 1,5% de aumentos aos funcionários públicos; que ele estava indignado, por conta das mentiras, que tinham sido colocadas, na Casa de Leis, portanto, ele iria mais a fundo ainda, na sua fiscalização, veria o que estava acontecendo, de fato, porque não lhe era mais possível acreditar, que tudo fosse real e, assim sendo, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, pediu-lhe prudência, na liberação do duodécimo; que ele, vereador, seria favorável à liberação, para benefício da retroatividade do pagamento do aumento do servidor público, também, para a área da saúde, a fim de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

colocar, em dia, a fila das cirurgias eletivas, e para auxílio da Santa Casa e registrou, igualmente, que o prefeito teria que pagar aos cofres dois milhões reais, referentes à sua condenação, na Justiça, os quais seriam destinados à área da saúde. Depois, dirigindo-se ao Vereador Luís Roberto, comunicou-lhe que os Vereadores Moacir e André e ele, orador, tinham feito denúncia, no Ministério Público, com relatório detalhado, acerca das escolas e creches da cidade, haja vista a precariedade das condições, as quais as crianças mogimirianas estavam enfrentando, nas creches e escolas, da cidade. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon. Ele explicou, que o Vereador Tiago tinha feito visita, em todas as escolas da rede, relatando os problemas ao prefeito, posteriormente, através de requerimento; que o prefeito poderia ter aproveitado as férias escolares, para fazer algo, pelas escolas, mas ele nada tinha feito, e citou o caso da escola Dona Sinhazinha, a qual continha uma sala insalubre, com as paredes todas mofadas, no dia da chuva, não havia aulas, porque a água adentrava, na sala, e perguntou, por que a administração não resolvera a problemática, durante as férias escolares, haja vista que o prefeito tinha sido notificado, através do requerimento, do Vereador Tiago; que não era justo, para com as crianças, estudarem numa sala insalubre, perdendo aulas, nos dias de chuva; que o Prefeito vinha deixando muito a desejar, que ele, vereador, não tinha dito, “Carlos Nelson era pior que Gustavo Stupp”, mas sim, que Carlos Nelson Bueno estava utilizando Gustavo Stupp, “como muleta”, todavia, estava provado, por diversos fatores, que havia muita culpa, incompetência e falta de vontade, no Gabinete de Carlos Nelson Bueno, e que, ele, vereador, estava apreciando observar a Câmara, desde a última sessão, pois via a postura de muitos vereadores, os quais começavam uma cobrança, junto ao prefeito, de forma incisiva e forte, este era o caminho, a cobrança, e assim, a Câmara se faria ouvir. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. O vereador iniciou, dizendo que, no seu ranking pessoal, Gustavo Stupp era o pior prefeito de todos os tempos, porque tudo o que a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

população sofria, atualmente, era consequência da péssima administração do “moleque”, e, em segundo lugar, vinha Carlos Nelson Bueno, “apontando na curva”. Na sequência, elogiou a Feira Noturna, a recuperação da iluminação e reparos feitos, na caixa de energia, no Espaço Cidadão, porém, o secretário responsável tinha que ficar atento, ter zelo, porque algumas luminárias já apresentavam luzes queimadas, após apenas quinze dias passados da inauguração. Sobre a devolução do duodécimo, recordou, que durante a convocação do Provedor da Santa Casa, à Câmara, ele, vereador, tinha sugerido a elaboração de um documento, no sentido do repasse ao hospital, a ser assinado, por todos os vereadores, e parabenizou as pessoas que, por algum meio, estavam tentando ajudar a Santa Casa. Disse, que o prefeito estava inoperante, há um ano e meio, nada fazia daquilo que a população dele esperava, e, passando ao assunto do Palácio de Cristal, anexo alugado da Câmara Municipal, afirmou que este assunto dependia da atitude da Mesa e relembrou, que no dia da posse, 1º de janeiro de 2017, fora firmado um compromisso, entre os dezessete vereadores, independentemente, de quem fosse eleito presidente, de devolução imediata do prédio, num prazo máximo, de dois meses, por questão “moral, palavra e pulso”, todavia, um ano e meio já tinha se passado, deste compromisso, e nada tinha acontecido. Por fim, criticou os gastos da administração, com o aluguel de salas, onde se abrigavam o Gabinete do Prefeito, a elevado custo, até o momento, tais alugueis já tinham consumido duzentos e cinquenta mil reais dos cofres. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Avisou, que desejava se redimir da falha, de não ter mencionado o Deputado Aldo Demarchi, pessoa que estava intermediando as ações, junto ao Programa Cidade Legal, da Secretaria Estadual de Habitação, como tinha mencionado o Vereador Gérson. Relatou, que o processo de Mogi Mirim estivera estacionado, na Secretaria, e, com um telefonema, o deputado conseguira reverter a situação, portanto, em menos de dez dias após, os técnicos já estavam, em Mogi Mirim. Depois, registrou que,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desde 2015, o Vereador Manoel Palomino solicitava o aumento, nas diárias dos motoristas, há tempo defasadas, que o prefeito havia baixado decreto, aumentando-as, de quarenta reais, para sessenta reais, para viagens até São Paulo, mediante a apresentação da nota de consumo, com CNPJ. Parabenizou o Vereador Manoel Palomino, pela conquista. Sobre os FGs, aclarou, que o prefeito tinha o direito de nomear, “quem ele bem quisesse”, era sua prerrogativa; que muitos funcionários trabalhavam muito bem, mesmo sem FG; que, à época, em que ele trabalhava, na Secretaria de Educação, nenhuma das pessoas que ganhavam FG tinham sido nomeadas, novamente; que dever-se-ia nomear pessoas competentes e muitas pessoas competentes não estavam na lista, dos cento e cinquenta e oito funcionários, os quais receberiam FG; que ele discordava das palavras do Vereador Samuel, que tinha dito, que as nomeações seriam para cabos eleitorais da campanha eleitoral de Barros Munhoz, porque, mais da metade dos nomeados “jogavam contra a prefeitura”, na questão política; que ele era favorável a que se pagasse FG às funções de chefia, e o prefeito deveria baixar as portarias, aos poucos, não todas, de uma só vez; que faltavam funcionários, para a limpeza da cidade, portanto, na opinião do vereador, o prefeito poderia ter ponderado e destinado um pouco de dinheiro das FGs, para contratações terceirizadas, visando a limpeza da cidade, ou até mesmo, diminuir a fila das cirurgias eletivas, que o deputado Alexandre Leite estava destinando cento e cinquenta mil reais, para as cirurgias eletivas, aguardava-se o projeto, da prefeitura, e que, a Prefeitura e os vereadores deveriam “falar uma mesma língua”, porque o dinheiro era pouco, e a administração deveria deixar o vereador ciente, daquilo que pretendia, deveria “jogar às claras”, com a Câmara. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Vinha comentar alguns assuntos, principalmente, a questão a Santa Casa, e colocou, que, no início da atividade do atual administrador da Santa Casa, Clodoaldo, ambos tiveram um atrito, entre si, porque o administrador queria que o vereador “lesse a cartilha dele” e o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vereador não aceitara, porém, para ele, orador, a Santa Casa estava acima de tudo, acima, inclusive, daqueles que lá trabalhavam, desde a faxineira, até o provedor, porque o hospital era da cidade, era de cada mogimiriano; que ele jamais se recusaria a ajudar a Santa Casa, tinha o seu programa de rádio, com grande penetração, e o vereador dele se utilizava, para o bem da cidade, promovendo uma campanha, em prol da Santa Casa, cuja arrecadação fora de cinquenta mil reais, em produtos, para o hospital; que o total arrecadado iria suprir o hospital, em três meses; que ele fizera outra campanha, para arrecadação de cobertores e, em quatro dias, ele e a equipe tinham conseguido cento e cinquenta cobertores; que ele fazia tais campanhas, não como vereador, mas como cidadão, ele próprio não tinha plano de saúde, utilizava-se do SUS; que ele tinha familiares, na fila de espera das cirurgias, via SUS, as quais a Santa Casa não conseguia realizar; que ele faria o que pudesse, para ajudar a Santa Casa, como cidadão, não como vereador, nem político; que ele concordava, com a maioria dos discursos proferidos, e citou, que a saúde pública era responsabilidade do Governo Municipal, do Governo do Estado e do Governo Federal, não da Câmara Municipal; que dever-se-ia cobrar daqueles que administravam as finanças municipais, estaduais e nacionais; que haviam coisas erradas e ele não conseguia “engolir” a dívida, que a Santa Casa apresentava, era crescente, e, dirigindo-se à Vereadora Sônia, perguntou-lhe, francamente, como poderia ele dar mais dinheiro, para a Santa Casa, se o hospital não conseguia administrar o que recebia; que a Santa Casa tinha que trabalhar, para manter a casa, tinha que saber utilizar o dinheiro, que recebia, porque cinquenta e quatro milhões de reais, em dívidas, era quantia enorme de gastos; que o Promotor Público tinha se recusado a investigar mais a fundo a problemática, dissera que ele não iria administrar a Santa Casa, e o vereador Geraldo ponderava, então, se ele deveria deixar de direcionar o dinheiro, que sobrava, na Casa, para os servidores públicos, ou pegar parte deste dinheiro, e o mandar à Santa Casa, lugar que era mal administrado,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

financeiramente, falando, que dever-se-ia ter consciência, o pessoal da prefeitura acordava cedo e trabalhava, e o da Santa Casa também, mas havia a “sombra da má administração”, e que, ele havia feito pedido detalhado de informações à Santa Casa, solicitara, que o hospital abrisse sua “caixa preta”, e a resposta não viera, logo, os vereadores tinham que ir mais a fundo, a Santa Casa era um “buraco negro”, e a Câmara não deveria pagar as dívidas da Santa Casa. Como o próximo orador, Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, desistisse da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. Ele explicou, que tinha sido feito projeto arquitetônico, para a reforma da Câmara Municipal, em duas partes, uma para o primeiro andar e, outra, para o ex-gabinete do prefeito, que o projeto elétrico também tinha sido feito, em duas partes, e que, buscava-se um Termo de Referência único, portanto, seria necessário juntar os projetos, para contratar uma empresa única, para execução dos trabalhos, enfim, o processo estava no Setor de Planejamento, da Prefeitura, para elaboração do termo de referência único, sendo que o trâmite da reforma estava neste ponto, relatado. Novamente, na direção dos trabalhos, o Presidente Jorge Setoguchi facultou uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. O Vereador comentou sobre a regularização do Parque das Laranjeiras, salientando, que os Vereadores Cristiano, André, Samuel, Gérson, Sônia e ele, orador, tinham visitado o bairro, naquele dia, para acompanhar os trabalhos e conhecer as funcionárias da empresa Gabi, de Campinas, que estava procedendo vistorias técnicas-ambientais, objetivando a regularização fundiária. Comentou, igualmente, que, nesta mesma data, estavam ocorrendo invasões, no Parque das Laranjeiras, em área verde, na Rua 30, que os próprios moradores estavam denunciando a invasão, exatamente, numa área que não poderia ser invadida jamais, porque era área verde e pública,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

diferentemente, da invasão anterior, feita, no passado, nos lotes da Emprelotes, e que, os técnicos da Gabi estavam, em Mogi Mirim, justamente, por causa dessas áreas. Depois, prosseguindo no assunto da Ponte do Vergel, que ligava o bairro, ao Parque das Laranjeiras, deu ciência da resposta, que ele tinha recebido do Gabinete do Prefeito, de que a Secretaria de Agricultura tinha visitado o local e concluiria o serviço de reparo, em trinta dias. Sobre o PSF Horto Vergel, comunicou, que as obras de reforma tinham se iniciado, no dia 07 de setembro de 2014, com uma verba, de noventa e um mil e cinquenta dois reais, e o PSF deveria ter sido inaugurado, em abril, de 2015, cronograma de seis meses de obra; que o grande problema do PSF era que o local tinha se tornado um reduto de usuários de drogas e os moradores temiam, que as crianças pudessem, inadvertidamente, brincar, no local, e se contaminarem, com algo; que seria fácil concluir as obras, bastaria uma simples limpeza, instalação elétrica e pessoal, portanto, ele desconhecia o porquê da má vontade da administração, em concluir a reforma do prédio, pelo visto, não se concluiria, no ano, em curso e que, ele iria solicitar uma reunião, com a nova Secretária de Saúde, Rosa Ângela, juntamente, com os vereadores, associações, entidades do Vergel, também, os responsáveis da prefeitura, para que fosse fixada uma data, para término da reforma. Falou ainda, da falta de limpeza urbana, na zona leste da cidade, das janelas do CAIC, as quais não tinham vidro, do abandono das UBSs, creches e escolas, e informou, por fim, que se qualquer um dos prédios públicos de Mogi Mirim se incendiasse, seria impossível apagar o fogo, com uso de extintores, pois estavam todos vencidos. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele versou sobre a situação da saúde, na cidade, especificamente, sobre as cirurgias eletivas, cuja fila de espera, contava com mil e trezentas cirurgias, isto, no mês de fevereiro, segundo informações da então secretária de saúde; que dessas cirurgias elencadas, no mês de fevereiro, muitas tinham se tornado urgências, ou seja, a situação crítica não poderia ser adiada, sem causar risco à vida; que ele era



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

funcionário do transporte da Secretaria de Saúde e, às vezes, durante o período diurno, entregava convocações aos pacientes, os quais faziam cirurgias, portanto, já se deparara com casos, em que o paciente não conseguira esperar, pela cirurgia, vindo a óbito; que, das mil e trezentas cirurgias, em espera, muitos casos já tinham se tornado urgência e muitas pessoas, infelizmente, iriam morrer, sofreriam famílias, e leu um pedido, que lhe fora enviado, por Rafael, morador, num sítio, na zona rural, que estava esperando uma cirurgia, para arrancar um pino de sua perna, que estava “todo para fora”, sob risco de morte, e ele não conseguia fazer a cirurgia, não sabia mais o que fazer, necessitava retirar o pino, para começar a fisioterapia, na Rede Lucy Montoro, e há seis meses o rapaz esperava a Santa Casa o chamar, vazava-lhe pus, da ferida do pino, o vereador lamentava esta longa espera; que, quando ele, orador, fazia uma crítica, na tribuna, sobre secretarias, infelizmente, “era muito braço curto”, porque “eles” pagavam médicos particulares, para seus familiares, mas o rapaz da zona rural dependia do SUS; que ele parabenizava o Vereador Orivaldo Magalhães, pelo trabalho social, que fazia, salvando vidas, e disse que o rapaz da zona rural precisava de cirurgia, com urgência, e perguntou a todos, se o Provedor e os membros da Irmandade da Santa Casa tinham famílias, ou, onde estava o amor ao próximo; que não adiantava vir à Casa, com conversa fiada e blá blá blá; que ele não acreditava muito as coisas fossem melhorar, porque, enquanto existissem os corruptos miseráveis, mudanças seriam difíceis, que ele já tinha desanimado, políticos pensassem bem, em lhe pedir o voto, e que, a população de Mogi Mirim deveria “abrir seus olhos”, para não sofrer consequências, durante quatro anos de mandato. Como os próximos inscritos, Maria Helena Scudeler de Barros e Moacir Genuario, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele iniciou, afirmando que estava pouco se importando, se receberia votos, nas próximas eleições, porque “não vivia da política, tinha seu próprio ganha pão”; que todos sabiam, na prestação de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

serviços, sem competência, não era possível se estabelecer; que, no dia, em que o Presidente da empresa Fênix, Victor Hugo, estivera, na Câmara, ele, vereador, tinha dito, que a história estava se repetindo e perguntou, quem era dono do contrato de concessão do transporte coletivo, na cidade, respondendo, ele próprio, que era a Transportadora Santa Cruz, a qual todos conheciam e sabiam a quem pertencia; que a Santa Cruz tinha vencido o contrato da licitação do transporte coletivo, no entanto, trouxera uma empresa chamada Benfica, para o contrato social; que todos haviam tido o desprazer de vivenciar os ônibus, em frangalhos, da Benfica, ônibus, os quais não subiam o Morro do Mirante; que a Benfica tinha ido à bancarrota, mas, como o contrato era da Transporte Santa Cruz, ela trouxera um novo sócio, para o contrato, a empresa Fênix, que tinha alinhado sua frota zero quilômetro, na frente da Câmara, “para enganar bobo”, porque, atualmente, apenas sucata estava rodando, em Mogi Mirim, ônibus, os quais tinham sido apenas repintados e estavam servindo, para transporte da população, de Mogi Mirim; que era esta, a prestação de serviço do transporte coletivo e o povo de Mogi Mirim estava, então, “andando de carroça”; que isso era inaceitável e perguntou, onde estava o wi fi, que tinha sido prometido, para os ônibus, as papeletas de itinerários, afixadas nos pontos, bem como, citou que, no último domingo, o ônibus tinha demorado duas horas, para passar no ponto, em frente ao Supermercado Carrefour, enquanto que o povo esperava, com a sacola na mão; que isso era imoral, inaceitável, uma vergonha, vivia-se um estado de descumprimento de leis, no Brasil, o país estava de “ponta cabeça”, a caminho e ser uma Venezuela e a promotoria pública não se envolvia, dizia não ser problema dela, que o Ministro Roberto Barroso STF tinha dito sábias palavras, de que, no Brasil, vivia-se momento de imoralidade, onde os políticos se serviam daquilo que era público, ao invés de servirem à população, “enchiam seus bolsos” e roubavam a população na “cara dura”. Para concluir, mencionou o ex-prefeito Gustavo Stupp, que tinha sido muito citado, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tribuna, e afirmou que, se as pessoas tivessem “vergonha na cara”, fariam de todas as coisas ruins, as quais ele tinha feito à população de Mogi Mirim, tais como, por exemplo, ele deixara de recolher dezoito milhões de reais, do INSS, dos funcionários públicos, também, não tinha pago o décimo terceiro salário dos funcionários, sem mencionar a dívida incomensurável, na qual o ex-prefeito tinha deixado Mogi Mirim. Como não houvesse mais oradores inscritos, para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO** pelo passamento dos senhores *Osmar Alves dos Reis, Luiz Antônio Barbosa, Antônio Domingos Bordignon, Luiz Carlos Zani*, falecidos, recentemente. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h47, do que, para constar, determinou a lavratura da presente ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM